

## **PARECER Nº     , DE 2009**

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.*

RELATOR: Senador **GERSON CAMATA**

RELATOR *AD HOC*: Senador **TASSO JEREISSATI**

### **I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que trata da criação da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O PLS nº 315, de 2003, propõe que a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul seja constituída pelas Sub-Regiões de Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Litoral, Vale do Rio Pardo e Sul. Também autoriza o Poder Executivo a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Mesorregião e a instituir o correspondente Programa Especial de Desenvolvimento.

O Autor da proposição justifica sua iniciativa recordando que o Rio Grande do Sul, ao longo da história, assistiu à degradação econômica e social de considerável parte de seu território, a Metade Sul. Além disso, atribui essa tendência à política da União, que temia a ambição de países vizinhos sobre as áreas de fronteira, circunstância que resultaria de especificidades da história da Região Sul.

Por fim, o Senador Pedro Simon assinala que o Mercosul ainda não significou as mudanças esperadas e que o projeto de lei que apresenta se inspira nas Leis Complementares nº 64, de 1998, e nºs 112 e 113, de 2001, que

autorizaram o Poder Executivo a criar, respectivamente, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e a Região Administrativa Integrada do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Inicialmente, a proposição foi distribuída somente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi apreciada e aprovada em 22 de abril de 2009, com duas emendas de ajuste na denominação, que passou de Mesorregião Metade Sul para Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul.

A proposição foi, então, incluída na pauta do Plenário do Senado Federal, onde foi apresentado e aprovado o Requerimento nº 737, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o projeto seja ouvida a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ação que se realiza nesta ocasião, cabendo a mim a relatoria da matéria.

## **II – ANÁLISE**

A proposição em análise coincide, nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, com diversos temas da área de competência desta Comissão, como são os assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, assim como são os temas relativos às agências e organismos de desenvolvimento regional.

Sem sombra de dúvidas, o projeto em análise é meritório, já que a criação de região integrada de desenvolvimento é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico de regiões em situação desfavorável quanto aos indicadores sócio-econômicos, como é o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul quando comparada com as demais mesorregiões da Região Sul do País.

Certamente a criação de uma Região Integrada de Desenvolvimento trará muitos benefícios para sua área de influência e ajudará a reduzir a marcante desigualdade entre as regiões brasileiras, além de contribuir para a consolidação do MERCOSUL.

No entanto, apesar de ser favorável à aprovação do PLS nº 315, de 2003, cabe considerar a sua natureza de projeto de lei autorizativa. Ressalto que o Senado Federal, a respeito de projetos de lei autorizativa, adota o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Josaphat Marinho, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa.

De acordo com esse Parecer, “o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência”. Desse modo, creio que o PLS nº 315, de 2003, deve ser entendido como uma sugestão ao Poder Executivo, que tem a competência legal para criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Em síntese, a proposição é meritória e não fere qualquer tipo de preceito constitucional. No entanto, tal como já foi objeto de atenção na CCJ, requer alguns ajustes para atualizar a denominação do programa de desenvolvimento regional almejado pelo Autor do PLS nº 315, de 2003. Assim, cabe apoiar e ratificar o aprimoramento aprovado na CCJ.

Adicionalmente, cabe apresentar a sugestão de uma emenda para adequar a proposição às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos constantes do Voto, que apresento a seguir.

### **III – VOTO**

Pelo exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, com as duas emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº 03-CDR**

(PLS nº 315, de 2003 - Complementar)

Dê-se nova redação ao art. 6º e acrescente-se ao PLS nº 315 – Complementar, de 2003, o art. 7º, com a seguinte redação:

**Art. 6º** O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará a despesa decorrente desta Lei, a qual será compensada pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na lei de diretrizes orçamentárias, e a incluirá no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der depois de decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O art. 1º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente àquele em for implementado o disposto no art. 6º.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2009.

Senador CÉSAR BORGES, Presidente em exercício

Senador TASSO JEREISSATI, Relator *ad hoc*